

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2019**

(Do Sr. JULIO CESAR RIBEIRO)

Altera o Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre regras para modificação em características de fábrica do veículo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras para modificação em características de fábrica do veículo.

Art. 2º O art. 98 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 98 As modificações de características de fábrica feitas nos veículos deverão observar as normas estabelecidas pelo CONTRAN em regulamento.

§ 1º Para veículos de passageiros com peso bruto total de até 3.500 kg, o regulamento de que trata o *caput* classificará as modificações nas seguintes categorias:

- I - potencialmente degradantes da segurança veicular;
- II - potencialmente intensificadoras de emissão de poluentes;
- III - potencialmente intensificadoras de emissão de ruídos; e
- IV - associadas ao aumento da acessibilidade veicular ou a estética ou de baixo impacto.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no art. 104, prescindem de autorização prévia da autoridade competente, desde que comunicadas e não alterem a classificação do veículo, as modificações:

- I - em veículos de passageiros com peso bruto total de até 3.500 kg não previstas no regulamento de que trata o *caput*;
- II - classificadas na categoria descrita no inciso I do §1º, desde que executadas pelo fabricante do veículo e utilizando peças por ele fabricadas ou aprovadas;

- III - classificadas na categoria descrita no inciso II do §1º, desde que se trate de substituição de peça por outra aprovada pelo órgão de metrologia legal competente;
- IV - classificadas na categorias descritas nos incisos III e IV do §1º, observado o disposto no art. 111.

§ 3º Os veículos e motores novos ou usados que sofrerem alterações ou conversões são obrigados a atender aos mesmos limites e exigências de emissão de poluentes e ruído previstos pelos órgãos ambientais competentes e pelo CONTRAN, cabendo à entidade executora das modificações e ao proprietário do veículo a responsabilidade pelo cumprimento das exigências. ” (NR)

Art. 3º O art. 229 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 229 .....  
.....

Parágrafo único. A multa será agravada em duas vezes caso o veículo possua modificação classificada pelo CONTRAN na categoria descrita no inciso III do § 1º do art. 98. ” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

No início do século XX, Henry Ford anunciou que “qualquer cliente pode comprar um Ford de qualquer cor que quiser, desde que seja preto”, estabelecendo que a diminuição de custos na fabricação do modelo ‘T’ estava acima das necessidades por customização dos clientes. No mesmo ano, a Ford comercializava o modelo ‘T’ nas cores verde, vermelho, azul, marrom, bege e cinza, além do preto.

Desde sempre, em todo o mundo, a customização de veículos fez parte da cultura automobilística. A preocupação com a estética faz parte de qualquer sociedade e atinge diversos de seus aspectos. Os entusiastas da modificação de veículos comparam a prática ao hábito comum de se usar maquiagem ou escolher uma roupa bonita. Trata-se de diferenciação que alimenta desejo por exclusividade, inerente ao ser humano.

Também chamada de *tuning*, a customização veicular é manifestação cultural de grande relevância. Esse universo atrai não somente os

proprietários de veículos modificados, mas o público em geral, que se interessa por competições, feiras e exposições desses carros. Também é explorado com bastante sucesso pela indústria fonográfica, de jogos eletrônicos, pelo cinema e por programas de restauração de veículos na televisão.

Nos Estados Unidos da América, o mercado de *tuning* é estimado em US\$ 35 bilhões. No Japão, onde a cultura é extremamente popular, a customização movimenta US\$ 14 bilhões. Visando a estimular esse mercado internamente, a Coreia do Sul, recentemente, alterou a legislação sobre o tema e removeu diversas restrições relacionadas à modificação veicular. Na Alemanha, mais de 400 empresas se dedicam a atender a demanda por peças e serviços de customização. O mercado nacional é estimado em R\$ 8 bilhões e gera 400 mil postos de trabalhos diretos e indiretos.

No Brasil, o assunto é delegado pelo art. 98 do Código de Trânsito Brasileiro ao Conselho Nacional de Trânsito — Contran. O Contran editou as resoluções nº 292/2008 e nº 479/2014 que, embora prevejam a possibilidade de algumas modificações, são restritivas e não reconhecem a existência e as especificidades da cultura do *tuning*.

Visando a ajustar a legislação para dar espaço a essa manifestação cultural e, conseqüentemente, a esse promissor mercado, apresentamos o presente projeto de lei.

O texto proposto segue a lógica que permeia o CTB ao estabelecer diretrizes gerais e delegar ao Contran a edição das normas que estabelecem os detalhes da implementação das regras de trânsito. Assim, propomos que o Contran avalie as modificações e as classifique de acordo com os possíveis impactos no trânsito. A partir daí estabelecemos a dispensa da vistoria especial para os casos de customização mais simples.

Acreditamos que o mecanismo proposto estimulará a discussão nas Câmaras Temáticas do Contran e permitirá que o Conselho dê tratamento diferenciado ao *tuning*, sem, naturalmente, abrir mão da segurança veicular. Nesse sentido, o Conselho ainda poderá definir as situações em que será necessária a autorização prévia da autoridade competente para a circulação dos veículos modificados. Algumas modificações, dependendo de como são feitas, podem comprometer seriamente a segurança do condutor e dos que com ele compartilham a via. Outras, contudo, são inofensivas ou, ainda, incrementam a segurança do veículo. Tamanha complexidade e especificidade não cabe na Lei federal, sendo a regulamentação infralegal o instrumento apropriado para acolher esse tipo de normatização.

O rigor do Código com relação às modificações veiculares, contudo, continua o mesmo. Os níveis máximos de poluição atmosférica e sonora deverão ser observados, as inspeções de segurança também estão mantidas no texto proposto e o agravamento das penalidades dos crimes de trânsito cometidos com veículo irregularmente modificado, previsto no art. 298, naturalmente, continuará aplicável aos casos enquadrados no novo art. 98.

Por fim, agravamos a multa aplicável àquele que produzir ruído capaz de perturbar o sossego público. Caso a modificação veicular envolva aumento da potência do som automotivo ou outro aspecto que possa produzir som de forma exagerada, estaremos diante de situação na qual a perturbação tem maior probabilidade de ocorrer, o que demanda ainda mais senso de coletividade do condutor.

Pelo exposto, e por acreditar que o projeto converge para solução capaz de abrir espaço para a manifestação cultural da customização automotiva sem ameaçar a segurança no trânsito, rogamos aos nobres Pares apoio para aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO

2019-16190